EXTRATO DE DECISÃO**PROCESSO: 8860/2018**

NOME DO INFRATOR: CELIA PINHEIRO DOS SANTOS – FAZENDA IMARUI
 INFRAÇÃO: Art. 118 inciso VI da Lei Estadual nº 5.887/1995.
 DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 82 do Decreto Federal nº 6.514/2008, em consonância com o art. 70, da Lei Federal nº 9.605/1998.
 PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, através de seu titular, TORNOU SEM EFEITO o Auto de Infração nº 10498/2018/GEFLOR, ante a incidência da prescrição quinquenal, nos termos da Lei Estadual nº 8.972/2020, art. 112 §2º c/c do art. 111 §4º o que tornou o auto em comento incapaz de produzir efeitos, sendo este arquivado, observando as formalidades legais.

EXTRATO DE DECISÃO**PROCESSO: 9084/2018**

NOME DO INFRATOR: PORTAL – PORTAIS LTDA – EPP
 INFRAÇÃO: Art. 118 incisos VI da Lei Estadual nº 5.887/1995.
 DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 66 parágrafo único inciso I do Decreto Federal nº 6.514/2008, em consonância com o art. 70 da Lei Federal nº 9.605/1998.

PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, através de seu titular, TORNOU SEM EFEITO o Auto de Infração nº 11100/2018/GEFLOR, ante a incidência da prescrição quinquenal, nos termos do §1º e caput do art. 21 do Decreto Federal nº 6.514/2008, o que tornou o auto em comento incapaz de produzir efeitos, sendo este arquivado, observando as formalidades legais.

EXTRATO DE DECISÃO**PROCESSO: 11314/2018**

NOME DO INFRATOR: INDÚSTRIA DE ESQUADRIAS BARSÁ EIRELI – EPP
 INFRAÇÃO: Art. 118 inciso VI da Lei Estadual nº 5.887/1995.
 DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 82 do Decreto Federal nº 6.514/2008, em consonância com o art. 70 da Lei Federal nº 9.605/1998 e art. 225 da Constituição Federal 1988.

PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, através de seu titular, TORNOU SEM EFEITO o Auto de Infração nº 10158/2017/GEFLOR, ante a incidência da prescrição quinquenal, nos termos do §1º e caput do art. 21 do Decreto Federal nº 6.514/2008, o que tornou o auto em comento incapaz de produzir efeitos, sendo este arquivado, observando as formalidades legais.

Protocolo: 933283**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Fontes de Recursos - 02759004409; 02759000056
 Elemento de Despesa -33.90.40 e 339039.
 PTRES - 86898;
 ASSINATURA: 25/04/2023.
 VIGÊNCIA: 25/04/2023 a 24/04/2028
 NILSON PINTO DE OLIVEIRA
 Presidente do IDEFLOR-Bio

Protocolo: 933592

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PORTARIA**PORTARIA Nº 741/2023/CCC/GSAGA/SEGUP.**

Dispõe sobre designação de Fiscal Titular e Suplente para acompanhar e fiscalizar a execução do instrumento.

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, nomeado pelo Decreto de 22 de setembro de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado nº 34.708, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução dos contratos e congêneres firmados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, tendo em vista os princípios da legalidade, moralidade e eficiência; ;

CONSIDERANDO o comando insculpido no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, quanto às determinações legais para o acompanhamento e a fiscalização dos contratos administrativos; o artigo 3º do Decreto nº 870/2013 e a Instrução Normativa nº 02/2019 da AGE; e

CONSIDERANDO a celebração do Contrato Administrativo nº 074/2023 - SEGUP/PA, celebrado junto a empresa OPEN SOLUÇÕES TRIBUTÁRIAS LTDA, decorrente do Termo de Inexigibilidade nº 058/2023 - SEGUP/PA, oriunda do Processo Eletrônico nº 2023/402737, cujo objeto é a participação de 03 (três) servidores no curso ONLINE de EFD-REINF e DCTF-WEB, visando a qualificação e capacitação dos servidores pertencentes a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP/PA; que

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora PATRÍCIA DA ROCHA QUINDERE FERREIRA, Matrícula Funcional nº 5900805, como Fiscal Titular, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Administrativo nº 074/2023 - SEGUP/PA; Art. 2º. Designar a servidora LARISSA COELHO BITTENCOURT, Matrícula Funcional nº 5897766/3, para atuar como Fiscal Suplente, em substituição ao fiscal titular nos casos de ausência, impedimentos e afastamentos legais.

Art. 3º. Ao Fiscal Titular e ao(s) Fiscal Suplente do respectivo contrato, ora nomeados, garantia pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 8.666/93, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

I. acompanhar a execução e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas no referido instrumento sob sua gestão e emitir respectivos relatórios;

II. propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

III. controlar, observar e fazer cumprir o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;

IV. receber e atestar nota (s) fiscal (is), e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;

V. verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

VI. confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

VII. registrar e informar ao gestor as atividades desempenhadas e todas as pendências constatadas na execução do contrato;

VIII. manter controle atualizado dos pagamentos efetuados;

IX. comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

X. solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

XI. propor ao gestor, na hipótese de descumprimento do instrumento, a aplicação de sanções de acordo com as regras estabelecidas no

Art. 4º. Em caso de necessidade eventual de substituição será emitida Portaria específica para este fim.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Belém/PA, 03 de maio de 2023.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
 PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA
 Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 933584**DESIGNAR SERVIDOR****PORTARIA Nº 740/2023-SAGA Belém, 02 de maio de 2023**

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO: O Processo 2023/477815 e Memorando nº 11/2023 CE-OF-SEGUP, de 25.04.2023.

CONSIDERANDO: Portaria nº 473/2023-SAGA, de 24.03.2023, publicada no DOE nº 35.341, de 28.03.2023, que concedeu férias à servidora

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO**Portaria nº. 206 de 03 Maio de 2023**

O Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Estadual de 02 de fevereiro de 2023, publicado no Diário Oficial nº. 35.276, de 02 de fevereiro de 2023 e alterações posteriores.

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 870, de 04 de outubro de 2013.

RESOLVE:

Art1º - Designar FELIPE SILVEIRA BRAZÃO E SILVA, lotação/Belém Sede, matrícula nº 57227073, para exercer a função de Fiscal e RODRIGO BENTES DOS SANTOS, lotação/Belém Sede, matrícula nº 8014420, para exercer a função de suplente do Contrato nº04/2023, firmado pelo IDEFLOR - Bio e IT PROTECT SERVICOS DE CONSULTORIA EM INFORMÁTICA EIRELI, CNPJ: 23.378.923.0001-87, que tem por objeto a aquisição de solução que auxilie na prevenção e limitação da extensão de ataques cibernéticos, através do gerenciamento de vulnerabilidades, baseada em risco, dos ativos de Tecnologia da Informação, com análise contínua e adaptável de riscos e confiança, afim de manter a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade das informações.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Belém, 03 de Maio de 2023.

Protocolo: 933126**CONTRATO****EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2023**

PARTES: IDEFLOR-Bio e EMPRESA IT PROTECT SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM INFORMÁTICA EIRELI CNPJ 23.378.923/0001-87.

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de solução que auxilie na prevenção e limitação da extensão de ataques cibernéticos, através do gerenciamento de vulnerabilidades, baseada em risco, dos ativos de Tecnologia da Informação, com análise contínua e adaptável de riscos e confiança, a fim de manter a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade das informações no IDEFLOR-Bio.

VALOR: R\$ 2.053.000,00 (Dois milhões, cinquenta e três mil reais).

Este contrato decorre da Adesão à Ata de Registro de Preços nº 05/22, oriunda da Licitação realizada, através do Pregão Eletrônico nº04/2022, Processo TRT nº 341/2021, nos termos da Lei nº 10.520/2022, dos Decretos nº 10.024/2019, 7.892/2013, 9.488/2018 e 7.174/2010 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 8.078/1990, Parecer Jurídico 047/2023.